

Resenha: Território e teoria camponesa: as experiências do programa de pós-graduação TerritoriAL

Review: Territory and peasant theory: the experiences of the graduate program TerritoriAL

Reseña: Territorio y teoría campesina: las experiencias del programa de postgrado TerritoriAL

Débora Assumpção e Lima

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: deborassumpcaolima@gmail.com

O livro “*Desenvolvimento Territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe*”, organizado pelos professores Bernardo Mançano Fernandes e João Márcio Mendes Pereira, faz parte da coleção “Vozes do Campo”, coletânea dos trabalhos desenvolvidos pelo Programa de Pós-graduação em desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL.

Os onze capítulos que formam o livro apresentam leituras sobre diversas temáticas agrárias em diferentes escalas, desde experiências locais, como um assentamento, uma escola, ou sobre a região e a geopolítica na América Latina. “Os estudos têm como foco as disputas territoriais entre o agronegócio e os camponeses. A atuação de instituições nacionais e multilaterais, a estrutura fundiária, a questão da violência e da grilagem da terra, as formas de organização da agricultura e do capitalismo, a ação política de classes, frações de classe, bem como diferentes políticas públicas rurais” (p.VIII) cujo o objetivo central consiste em compreender alguns dos principais embates sociais, econômicos e políticos em curso no campo.

A pluralidade é um dos pontos mais importantes do livro, escrito a 34 mãos: os organizadores já citados, Carlos Alberto Feliciano, Clifford Andrew Welch, Rosana Akemi Pafunda, Eduardo Paulon Girardi, Janaína Francisca de Souza Campos Vinha, João Márcio Mendes Pereira, Luis Fernando Ayerbe, Mirian Claudia Lourenção Simonetti, Bruno Lacerra de Souza, Thaylize Goes Nunes Pereira, Pedro Ivan Chritoffoli, Raoni Fernandes Azerêdo, Rafael Litvin Villas Bôas, Ana Manuela Chã, Silvia Aparecida de Souza Fernandes e Jailton dos Santos Andrade.

Mais do que fazer um retrato das discussões teóricas da Geografia e de outras ciências que conjecturam sobre o agrário, como a Ciência Política, Economia, Educação do Campo, Direto e Agroecologia, a ciência, e o livro aqui analisado, tem o propósito de ser uma ferramenta de transformação social. O TerritoriAL, criado em 2013 no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (IPPRI-Unesp) com

apoio da Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, foi construído em parceria com a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Todos os alunos do programa desenvolvem trabalhos em algum movimento social agrário – além da Via Campesina e do MST, podemos citar o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), da Comissão pastoral da Terra (CPT) e do Movimento por atingidos por Barragens (MAB). Com professores de universidades do México, Estados Unidos, Espanha, Canadá, Argentina, Uruguai, Moçambique, Costa Rica, e claro, Brasil, foram formados aproximadamente 90 alunas e alunos do Brasil e outros países latino-americanos até o momento da publicação.

Ao longo dos capítulos, vemos que o camponês é um sujeito político que pratica relações sociais baseadas em diversas formas de organização do trabalho: familiar, associativa, comunitária, cooperativa e outras formas solidárias; apesar de nenhuma delas excluírem sua faceta capitalista. Neste sentido, Bernardo Mançano, no primeiro capítulo, afirma: “todo camponês é agricultor familiar, e todo agricultor familiar é camponês” (p.03), como forma de refletir sobre e conjuntamente aos sujeitos sociais do campo e suas relações, embora o conceito de trabalho não seja uma preocupação apresentada na obra.

O primeiro capítulo contextualiza o movimento de Educação do Campo e algumas das políticas públicas voltadas a educação, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e como influenciou na criação do TerritoriAL como uma importante conquista da relação do grupo de pesquisadores da Unesp e dos movimentos sociais, laço criado há mais de uma década. Este capítulo também apresenta alguns posicionamentos teórico-políticos que de alguma forma dialogam com os demais momentos do livro. A coexistência entre campesinato e capitalismo está em permanente conflitualidade, já que as relações entre os sujeitos no campo são desiguais. A fonte da desigualdade seria a renda capitalizada da terra, geradora de três níveis de existência do campesinato: consolidados, intermediários e periféricos. No entanto, as condições que o capitalismo “oferece” ao campesinato, mesmo que passíveis de sua reprodução, é a subordinação ou a pobreza.

Neste sentido, o âmbito espacial e cotidiano do conflito estaria ligado a disputas de modelos de desenvolvimento econômico e territorial, entendendo que o desenvolvimento proposto pelo camponês (e pelo agricultor familiar) caminha em direção oposta ao capitalista. O Estado, sujeito chave no desenvolvimento territorial, assume diversas facetas nesta contenda e ao longo dos capítulos. No segundo capítulo, “desconstruindo a defesa da legalização de grilagem de terras”, o Estado é omissor, ou como administrador de conflitos pontuais. Em “Teoria e política da agenda agrária do Banco Mundial”, o Estado adota uma face semelhante, como mediador da “chamada reforma assistida pelo mercado” (p.147), não somente no contexto brasileiro, mas também latino americano, influenciado pela política de terras proposta pelo Banco Mundial para a região. Os direcionamentos para a questão agrária

do Banco Mundial não pretendem, desde os anos 1990, “enfrentar as causas dos processos de pauperização, dominação e exploração que afligem a maior parte dos camponeses e os demais segmentos do mundo do trabalho rural” (p.175); assim como as políticas norte-americanas demonstradas no capítulo “Estados Unidos e América Latina: fim de doutrina Monroe?”

O capítulo “Debate paradigmático e modelos de desenvolvimento: territórios (i)materiais no campo e nos câmpus” expõe algumas problemáticas teórico metodológicas e identifica como cada grupo de pesquisa das universidades brasileiras trabalham com questões paradigmáticas dos temas agrários e agrícolas. Em dois grandes paradigmas: capitalismo agrário e questão agrária, os grupos de pesquisa são indicados em qual fôrma teórica pertencem: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT); Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Geografia Agrária, Geografias da Modernidade: gênero, família e trabalho, Núcleo de Estudos Agrários (NEA); Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro; Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (Gedra); Agricultura e Urbanização. De forma abrangente, o paradigma da questão agrária tem como elementos de análise a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, no qual os camponeses seriam um “sujeito constantemente destruído e recriado em virtude do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e da produção capitalista de relações não capitalistas de produção” (p.133). Já no paradigma do capitalismo agrário, seria possível uma superação do campesinato dentro do próprio sistema capitalista, em que as relações devem ocorrer paralelamente às estruturas nacionais e de mercado e controle do Estado. Mais do que ideologias geográficas, os posicionamentos teóricos adotados influenciam desde ações governamentais à luta e organização de movimentos e coletivos do campo, mapeiam as diferenças e combatem as desigualdades.

“A conflitualidade da questão agrária brasileira”, título do quarto capítulo, demonstra as dinâmicas territoriais de uma maneira binária, ou seja, o movimento capitalista do campo, do agronegócio, materializado na expansão da fronteira agrícola moderna e na produção de *commodities* frente as resistências camponesas. O campo dos conflitos tem como um dos pilares a posse da terra e suas possibilidades de uso: se o mote monocultor do agrobusiness é a propriedade privada, o campesinato já porfia pela propriedade privada, pelo uso comum, pela demarcação de terras indígenas e quilombolas. Nesse embate, foram realizadas desde 1988 até 2012, 8.8mil ocupações de terra (latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas têm sido desrespeitadas) por 116 movimentos sociais diferentes, mostrando que a necessidade pela reforma agrária é latente, apesar das pautas e reivindicações serem múltiplas.

A luta pela reforma agrária, pelo acesso a terras e a condições dignas de educação, produção de alimentos (e da vida) no campo, precede o período democrático apontado cima. Tanto no quarto capítulo quanto no capítulo “Camponeses e a história da ditadura em São Paulo”, observamos que a luta pela terra acompanha a história brasileira. Ainda com poucos estudos sobre os camponeses e a ditadura, a violência empregada pelas elites e pelo próprio Estado em alguns casos é a forma adotada para reprimir os movimentos de resistência e pela reforma agrária, organizada em associações, instituições e sindicatos de poder popular e lutas por todo o estado de São Paulo, enfoque do capítulo, que acompanhava um contexto de lutas em escala federal, como explica ao longo de seu excerto Clifford Welch e Rosana Pafunda: “os anos da ditadura foram agrídoces” (p.57).

Tais conflitos e dualidades também estão presentes na construção imaterial do território, como analisa o capítulo “Agronegócio e indústria cultural: as formas do *showbusiness* da oligarquia rural brasileira”. O agronegócio busca fortalecer sua imagem como o setor mais importante da economia brasileira, buscando “assumir o discurso de protagonista da lógica de progresso da classe dominante” (p.269). Uma das estratégias é escamotear as contradições do próprio agronegócio, aproximando conceitos que seriam contraditórios ou incomparáveis, como segurança alimentar e competitividade. Além disso, outra estratégia é divulgar somente o montante produzido pelo agronegócio e não divulgar a produção da agricultura familiar, que corresponde a mais de metade da produção do campo.

A partir de pesquisas empíricas, as ideias associadas ao agronegócio são: o agronegócio como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza; como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos; a crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio” (p.271). Essa ideologia, é disseminada por canais midiáticos associados às associações do setor e também por meio da apropriação e criação de festas rurais: rodeios, Exposições de pecuária, *agrishows* e festas temáticas. Para a criação (da sociedade) dos espetáculos, há acesso a Lei Rouanet, importante fundo público de cultura, ações culturais a nível local, apoios atividades de “arte culta” (orquestras sinfônicas e museus), financiamento de cultura tradicional já reconhecida como patrimônio, ações educacionais. O avanço do agronegócio sobre os recursos públicos e naturais em busca de uma imagem positiva e progressista torna evidente a necessidade de compreendê-lo do ponto de vista sistêmico, parte constituinte do modelo hegemônico. O capítulo “A construção do agronegócio cooperativo: análise das relações entre Estado e cooperativas capitalistas no Paraná” apresenta como neste estado sulista as cooperativas formas apropriadas por conglomerados capitalistas ligados ao agronegócio, ao capital financeiro e industrial e induzido pelas políticas estatais.

Se conflito perdura, é porque a guerra não foi vencida, e entre a desigualdade e a violência há resistência, assentamentos e formas contra-hegemônicas. A história contada no capítulo “Territorialidades em tensão: a reprodução social no assentamento Reunidas, Promissão-SP” visa compreender o processo de reprodução social nos assentamentos de reforma agrária, a permanência e êxodo dos jovens, os problemas internos e conjunturais presentes em um assentamento. A tendência da continuidade dos filhos dos assentamentos para além da presença dos assentados originais endossa “o duplo potencial da reforma agrária: como política pública de democratização da inclusão econômica e de geração de renda para populações antes marginalizadas nos centros urbanos” (p.226).

No último capítulo, “Educação do Campo como projeto de emancipação humana”, afirma-se que educação pode libertar e promover o homem (e a mulher, que está em parêntesis só porque não aparece no capítulo, como forma de afirmarmos que a universidade dos corpos já não perpassa pelo homem), mas também pode aprisionar e reduzir. Em oposição a uma educação burguesa e bancária, a educação do campo é uma alternativa para que a educação seja uma práxis libertador, e permita um desenvolvimento do meio rural, fortalecendo seus valores históricos e culturas, o aspecto comunitário, a agricultura familiar, difundir novas tecnologias, criar tecnologias sociais, valorizar a mulher e o homem no campo, reduzir o êxodo rural, tornar o jovem o sujeito da sua própria história, e incentivar a diversidade no campo – de práticas, de produção, de formas de trabalho, de relações sociais e de pensamentos, como nos apresenta o livro “*Desenvolvimento Territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe*”.

Referências

FERNANDES, BERNARDO MANÇANO; PEREIRA, J. M. M. (Org.). Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe. 4. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. v. 1.

Sobre o autor

Débora Assumpção e Lima – Graduação em Geografia Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2011); Mestrado Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014); Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-0571-1314>

Como citar este artigo

LIMA, Débora Assumpção e. Resenha: Território e teoria camponesa: as experiências do programa de pós-graduação TerritoriAL. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 230-235, set.-dez. 2018.

Recebido para publicação em 22 de janeiro de 2018.
Aceito para a publicação em 26 de fevereiro de 2018.
